Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Martins, Alcina Maria de Castro, 1955-

Génese, emergência e institucionalização do serviço social português : a escola normal social de Coimbra

http://hdl.handle.net/11067/3956

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Serviço social - Portugal - História
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 11-12 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-03-31T13:07:27Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

GÉNESE, EMERGÊNCIA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS — A ESCOLA NORMAL SOCIAL DE COIMBRA

Alcina Martins *

INTRODUÇÃO — A Investigação, o Serviço Social e os estudos históricos sobre a profissão em Portugal.

Tradicionalmente, a tendência das profissões ligadas à prática, ao invés das que estão ligadas à teoria, é para não realizarem investigações. Não sendo uma situação exclusiva do Serviço Social, verifica-se, históricamente, que nas profissões voltadas para a prática são raros os profissionais que desenvolvem trabalhos de investigação.

A divisão social do trabalho ao separar produtores de conhecimento e interventores na realidade fez desviar destes últimos a perspectiva de poderem participar na explicação dos fenómenos e problemas sociais com os quais se confrontam no dia a dia, no exercício profissional. Neste sentido, se, por um lado, os Assistentes Sociais não eram solicitados a terem uma intervenção significativa no trabalho de investigação, por outro lado, a formação desenvolvida nas escolas também não reforçava o incremento desta actividade. Os Assistentes Sociais não eram formados de modo a dominar o próprio processo de construção do conhecimento nas ciências sociais, as suas diversas estratégias teórico-metodológicas e os instrumentos analíticos. O ensino dos métodos e técnicas de investigação ficava-se por um objectivo residual e instrumental — o uso de técnicas na intervenção dos Assistentes Sociais (Martins, 1993a: 5, 7 e 12).

Em Portugal, a formação em Serviço Social até às últimas décadas, não se preocupava em formar Assistentes Sociais investigadores, mas Assistentes Sociais interventores, em que estava quase ausente o desenvolvimento de uma atitude de investigação a partir da prática profissional.

---

* Doutora em Serviço Social, Professora no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, investigadora do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS).

Ora, a atitude pragmática tem tendência a consolidar-se, à medida que as solicitações de carácter imediatista, feitas aos Assistentes Sociais nos serviços os levam a procurar respostas também imediatas, descurando a preocupação em conhecer e aprofundar as relações que esses problemas têm com a sociedade, a um nível menos imediato e aparente, e em reflectir e avaliar as consequências deste tipo de activismo.

Em países como os Estados Unidos, o Canadá e o Brasil esta situação já se alterou há algumas décadas. Em Portugal, será sobretudo a partir de meados dos anos 80, com a alteração dos planos de estudos, que conduziram ao reconhecimento da licenciatura, que é conferida grande importância à qualificação teórica e metodológica surgindo a investigação como uma componente integrante da formação.

O estabelecimento de uma relação mais estreita entre Serviço Social e investigação académica terá lugar com a realização dos cursos de mestrado em Serviço Social, sendo criado o primeiro curso, em 1987, ao abrigo do programa de cooperação e intercâmbio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.

Constituem já frutos deste processo os trabalhos de investigação apresentados neste Seminário «Serviço Social e Sociedade — Investigar o Agir», a criação de Núcleos e Centros de Investigação fora e dentro das Escolas de Serviço Social e a publicação de vários trabalhos realizados no âmbito do Mestrado.

Para além da investigação académica, a investigação como aproximação ao conhecimento da realidade social e estratégia que possibilite repensar a prática, produzindo conhecimento com vista ao equacionar de novas respostas sociais, tem dado alguns passos, nos últimos anos, com os novos desafios que se tem colocado à profissão.

Pelo que acabámos de referir, não constitui estranheza que a história e a trajectória do Serviço Social Português, só muito recentemente, se tenha constituído em objecto de investigação para os próprios Assistentes Sociais.

No período pós 25 de Abril de 1974 a análise da relação da profissão com a sociedade portuguesa, na nova conjuntura sócio-política marcada pela instauração da democracia e dos direitos sociais, leva Assistentes Sociais a escreverem sobre a criação das Escolas de Serviço Social e a formação nelas conferida, tendo subjacente a preocupação em situar a origem da profissão no regime salazarista. Estes trabalhos, apesar de escassos e com abordagens muito pontuais rompem com a tradição dos estudos históricos serem feitos por pessoas externas à profissão — e de uma forma geral por homens — como sejam os médicos e juristas que acompanharam ou participaram no processo de institucionalização do Serviço Social Português.

Em meados dos anos 80 no contexto da luta pelo reconhecimento do curso de Serviço Social como licenciatura e das comemorações do cinquentenário do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa registam-se novas incursões, e com uma

maior amplitude da análise histórica da profissão no anterior regime — o Estado Novo.

Com a realização do primeiro Mestrado de Serviço Social, em Portugal a história da profissão constitui-se em objecto de investigação, no âmbito de algumas disciplinas do curso e de dissertações de mestrado.

A criação, no âmbito do Mestrado, do «Núcleo de História do Serviço Social Português» e a investigação que levei a cabo, juntamente com outros colegas, têm subjacente a preocupação de, nesta nova etapa da profissão e enquanto Assistentes Sociais, promovermos e assumirmos a investigação sobre a nossa profissão que continua a ser tão pouco conhecida de nós próprios e da sociedade portuguesa.

Uma das questões latentes com que nos confrontámos enquanto Núcleo — o actual CPIHTS — Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social -era saber se o processo de génese e profissionalização do Serviço Social Português era um processo linear, contínuo, homogéneo, concretizado no Estado Novo, como faziam crer os trabalhos existentes, ou se, pelo contrário, era um processo mais rico, complexo, contraditório, fruto do confronto com anteriores projectos para o Serviço Social Português, com outras orientações e tendências provenientes de sectores da sociedade portuguesa; e, nesta sequência, quais as tendências internacionais do Serviço Social que mais teriam influenciado a construção da profissão em Portugal.

I — APRESENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português — A Escola Normal Social de Coimbra.

O processo da génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português constituiu o objecto central da minha investigação, tendo, num segundo plano, privilegiado a análise da segunda escola de Serviço Social criada em Portugal (1937) — a Escola Normal Social de Coimbra, hoje Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra ([1]).

([1]) Esta investigação foi realizada no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo defendido nesta Universidade, em 1993, a tese de doutoramento em Serviço Social «Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português — Escola Normal Social de Coimbra».

Agradeço à minha professora orientadora Myrian Veras Baptista e ao professor Fernando Catroga as orientações recebidas no decurso da investigação e os comentários e sugestões feitos pelos professores doutores que integraram a banca examinadora, composta por Myrian Veras Baptista, Fernando Catroga, José Paulo Netto, Yara Maria Aun Khoury e Maria Carmelita Yasbek, quando da defesa da tese.

Considerando que o Serviço Social se constrói historicamente e se explica pela trama de relações sociais, políticas e culturais e pelas suas contradições, não se podendo dissociar dos projectos societais, procurei analisar como é que a República e o Estado Novo concebiam o Serviço Social e o lugar que lhe atribuíam. Procurei ainda apreender nas diferentes conjunturas sócio-históricas, as principais influências políticas, correntes de pensamento das Ciências Sociais e do Serviço Social ao nível internacional, os movimentos da sociedade civil e as políticas do Estado que maior impacto tiveram na construção do Serviço Social Português e na Escola Normal Social de Coimbra.

O período temporal que se abarcou compreendeu a segunda metade do século XIX até 1945, porque é nesse contexto histórico que a profissão é instituída ao nível internacional e em Portugal, no quadro do desenvolvimento capitalista, a Questão Social ganha uma outra relevância, a partir dos últimos anos do século XIX e princípios do século XX. A Segunda Guerra Mundial corresponde, por seu lado, à fase de institucionalizacão do Serviço Social Português, com a criação de Escolas, integração de Assistentes Sociais nos serviços públicos e a passagem para uma nova etapa da política social do Estado Novo, com o incremento do Estatuto de Assistência Social e das estruturas corporativas, e com a criação, em 1950, do Sindicato Nacional de Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras profissionais do Serviço Social.

1 — As relações Estado e Igreja do Regime Liberal ao Estado Novo.

Privilegiei como principal eixo de análise as relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, do regime liberal ao Estado Novo, na medida em que a Questão Religiosa condensa alguma das contradições sócio-políticas que a sociedade portuguesa atravessa neste período.

A partir da implantação do liberalismo afirma-se o controlo do Estado sobre a Igreja, ou seja a sujeição da instância religiosa ao poder civil, contrariando as ambições hegemónicas e teocráticas internacionais da Igreja católica. No entanto, o anti-clericalismo liberal não é sinónimo de uma posição anti-religiosa ou anti-católica, sendo a religião católica considerada pelas várias Constituições liberais, como a religião oficial do Estado português.

O anticlericalismo liberal «foi, antes de mais, um anticongreganismo que alargava a tradição antijesuítica, que já vinha do tempo de Pombal, e que se foi definindo como um projecto secularizador, apostado em destruir a hegemonia cultural e o poder económico da Igreja (expropriação dos bens das ordens religiosas), em ordem a reforçar a tradição regalista do Estado português» (Catroga, 1993: 588).

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, o anticlericalismo é alargado e aprofundado, inserindo-se numa estratégia cultural mais ampla, que se

identifica com a estratégia de laicização da sociedade portuguesa. Versão mais militante e radical da secularização, pretendia «não só demarcar as esferas da sociedade civil e religiosa, mas também contrapor a esta última uma concepção dessacralizadora do universo, da história e do homem, em ordem a superar e a substituir a religião em todas as dimensões: cultural, institucional e sociabilitária» (Catroga, 1988: 5).

Constitui fonte inspiradora desta estratégia, o positivismo, que a partir dos anos 70 se transforma numa verdadeira corrente de opinião, fundindo-se no republicanismo, de feição demo-liberal, vindo a diluir-se, na década seguinte, num cientismo, que encara a ciência como a forma definitiva do saber humano e verdadeiro motor de aceleração da evolução da humanidade.

1.1. *Questão Social e Questão Religiosa e as estratégias de secularização, laicização e recristianização da sociedade portuguesa.*

O fomento do laicismo pela acção política, dos anos 90 até 1910, está associado aos grupos de livre-pensadores, à maçonaria, e aos movimentos republicano, socialista e anarquista, que pugnam pela separação das Igrejas do Estado, pelo ensino obrigatório laico e gratuito (condição primeira para a interiorização dos novos valores dessacralizados), pela secularização dos actos essenciais da existência, nascimento, casamento e morte — e pela legalização do divórcio.

Esta reacção ao clericalismo está directamente associada às posições ultraconservadoras da Igreja Católica oficial, que se afirma anti-liberal e anti-socialista, recusando a modernidade, a racionalidade, a ciência e a democracia, aliando-se políticamente às forças monárquicas e às classes possidentes.

Com a implantação da República as primeiras medidas do governo provisório dão continuidade e reforçam a campanha anticlerical desenvolvida anteriormente, sendo decretada, em 1911, a separação do Estado das Igrejas.

A reacção da Igreja Católica não se faz esperar, após esta lei, que a expropria de bens móveis e imóveis, lhe retira a personalidade jurídica, não respeitando a autonomia eclesiástica em assuntos religiosos. As relações diplomáticas com o Vaticano são rompidas, vindo a Igreja, a partir de 1917, com a criação do Centro Católico Português, a intervir política e eleitoralmente pela defesa das suas reivindicações católicas.

A acção desenvolvida por este partido da Igreja vai permitir que, no sidonismo, sejam reatadas as relações de Portugal com a Santa Sé, regressem algumas ordens religiosas, para as áreas tradicionais da educação e da assistência, recrudescendo as obras de assistência.

No período da Ditadura Militar (1926-1933), a Igreja vê reconhecida a liberdade de ensino religioso particular e a colaboração de católicos do seu partido — Oliveira Salazar e Mário de Figueiredo — no novo governo.

No período de construção do Estado Novo (1933-45), o Centro Católico Português será dissolvido, sendo a Igreja afastada da gestão política da sociedade e remetida para a acção religiosa e social. A criação da Ação Católica Portuguesa, em 1934, insere-se nessa política, constituindo uma das principais organizações que desenvolverá a estratégia internacional de recristianização da sociedade. O Estado Novo, em aliança com a Igreja, adoptará simultaneamente esta estratégia, opondo-se, também por esta forma, ao processo de laicização e ao que isso significava em termos de uma sociedade moderna, assente nos princípios da racionalidade, do secularismo, do individualismo e da democracia, que a República tinha pretendido edificar.

Neste sentido, a análise do processo de construção do Serviço Social Português — génese, emergência e institucionalização — faz-se a partir das relações Estado-Igreja e da confluência destes dois processos, de sentidos opostos, a Questão Social e a Questão Religiosa, que estiveram na base da génese e emergência de profissões médico-sociais, e em diversas propostas para institutir o Serviço Social em serviços públicos e privados.

A estratégia de recristianização da sociedade portuguesa, no período de construção do Estado Novo por influência dos valores da Igreja, da sua doutrina social, da Ação Católica Portuguesa e do corporativismo que vão determinar a institucionalização do Serviço Social Português, a criação de escolas, a formação nelas ministrada e a abertura do mercado de trabalho às Assistentes Sociais.

Outras preocupações de análise estiveram presentes neste trabalho: a organização da protecção social e das Políticas Sociais e a influência do Movimento Higienista e de Medicina Social; a repercussão da constituição das Ciências Sociais, em particular a escola da Ciência Social de Le Play, a Pedagogia, a Psiquiatria, a Psicologia Experimental na criação de novos serviços e na formação profissionalizante de Assistentes Sociais; relacionar a construção da profissão e a origem social das primeiras Assistentes Sociais com a situação das mulheres portuguesas, o seu protagonismo e os Movimentos de Mulheres Católicas e de Feministas.

II — APRESENTAÇÃO DE ALGUNS DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO.

1 — O Projecto Republicano e a Génese e Emergência do Serviço Social Português.

A génese e emergência do Serviço Social Português surge no contexto do ideário republicano, coexistindo no regime monárquico a ideia nascente de Serviço Social com as denominadas «protoformas do Serviço Social», que correspondem a diversas formas e práticas de organização da Assistência Social, como seja o sistema de Elberfeld, as "Charity Organization Society" (COS) e os "settlements".

O republicanismo português, além de reafirmar os valores da Revolução Francesa da liberdade, igualdade e fraternidade, vai evoluir, a partir dos anos 80, para a apologia de um programa que sustentava os ideais da solidariedade. Esta dimensão que integrava os vários programas dos partidos políticos republicanos e democráticos, com maior ou menor radicalidade, assentava sobretudo nos ideais e nos princípios éticos do altruismo e da solidariedade, pretendendo combater o individualismo extremo e os socialismos mais radicais. O peso do ideal solidarista no projecto social que o republicanismo foi apresentando contribuiu para que surgisse como alternativa aos socialismos revolucionários e de Estado e ao liberalismo monárquico (Catroga, 1991: 239).

O solidarismo não se confundindo com propostas estatizadoras no campo económico, visava, no entanto, integrar no âmbito dos direitos fundamentais, os direitos sociais, como o ensino obrigatório, gratuito e laico, o direito à assistência, ao trabalho, e à associação, mediante o crescimento do associativismo, do contratualismo e de uma intervenção do Estado, em matérias consideradas como condição essencial para a concretização individual desses direitos e a reafirmação da sociedade civil em relação ao poder político. Trata-se de certo modo de uma síntese democrático-liberal, conciliando a ideia dos direitos sociais com a justiça liberal.

O solidarismo e a laicização da sociedade portuguesa vão influenciar de forma significativa a alternativa que os republicanos pretendem construir à forma como a pobreza é encarada; à intervenção da Igreja e à caridade no campo da assistência. Reivindicando a separação da Igreja da assistência, contrapõem o desenvolvimento da associação, da solidariedade, a formação de agentes laicos para intervirem em novas organizações sociais e nas existentes, que, até aí, estavam maioritariamente dependentes da Igreja e da acção das ordens religiosas.

Os republicanos pugnam pela existência de um serviço público que levasse à promoção social, constituindo a instrução o motor do progresso, que estaria presente em todos os domínios da vida social. Defendem a reorganização dos serviços de assistência pública, a criação de serviços de saúde cuja acção de profilaxia impedisse o desenvolvimento de epidemias, doenças infecto-contagiosas, a tuberculose, a sífilis e outras doenças venéreas e contribuisse para reduzir a taxa de mortalidade infantil, atribuindo grande importância às acções de informação e esclarecimento dos princípios e práticas sanitárias, que o movimento higienista de medicina social já então preconizava. Ao poder religioso e às acções das congregações, havia que contrapor o poder médico e a formação de pessoal laico. Neste sentido, no início do século XX, Miguel Bombarda defende a laicização e profissionalização da enfermagem e a formação de pessoal laico para as organizações de assistência, à luz do que vinha sendo feito em países como a Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

Em Portugal, a situação da beneficência pública, filantrópica e da Igreja, até ao final do século XIX, é de verdadeira desorganização, descoordenação, revelando

incapacidade de resposta perante as consequências sociais do desenvolvimento capitalista.

Com vista à passagem da esmola a uma caridade organizada, institucional, alargando o dever individual a uma acção colectiva, têm início, nos primeiros anos do século XX, nas instituições de assistência particular, com ligação ao movimento social católico, iniciativas precursoras de assistência social, alargando-se posteriormente às organizações filantrópicas e de assistência pública. Nestas iniciativas está presente a abordagem filantrópica do pauperismo, que rompe com a perspectiva de encarar os pobres como os verdadeiros responsáveis pela sua situação e passa a considerar necessário apreender o «meio», a comunidade onde a pobreza se manifesta, baseando-se a organização dos socorros e a intervenção junto dos pobres numa avaliação prévia da situação, inserindo-os numa relação de troca que lhes exige a modificação da sua conduta (Bec, 1994: 48 e 49).

A partir do último decénio do séc. XIX até 1910 católicos que apoiam as directrizes da democracia cristã e defendem o sindicalismo católico, como alternativa ao movimento operário, às ideias socialistas e à estratégia laicista da sociedade portuguesa, desenvolvem iniciativas no campo da assistência, que respondam às situações de pobreza, já não exclusivamente pela esmola. Neste sentido, destaca-se a reorganização de socorros domiciliários pela Misericórdia do Porto.

Quando nos EUA e na Inglaterra as "Charity Organization Society" (COS) fazem os primeiros cursos de assistência social para os visitadores, que são de uma forma geral profissionais que investigam as situações e as causas da pobreza, promovendo práticas de assistência social, as influências internacionais na experiência levada a cabo pela Misericódia do Porto são sobretudo da assistência social alemã e francesa, desenvolvidas na segunda metade do século XIX, especificamente, o sistema d'Elberfeld (1853) e a experiência do "Office Central des Ouevres de Bienfaisance" de Paris, criado em 1890 com o apoio da Sociedade de Economia Social de Le Play (Savoye, 1987: 491).

A Misericórdia do Porto face ao crescimento industrial e demográfico registado, superior ao da cidade de Lisboa, e que se manifestava na grande afluência à cidade de populações à procura de trabalho e de melhores condições de vida, propõe que se criem agências de procura e oferta de trabalhadores e que se assegure uma coordenação geral de serviços de beneficência, naquela cidade. Em 1901 são reorganizados os socorros domiciliários e criado o regulamento para a sua distribuição. A cidade fica dividida em circunscrições e estas em secções, existindo em cada uma delas dois visitadores a quem compete averiguar das necessidades. Os visitadores são do sexo masculino, nomeados pela Mesa da Misericórdia entre os irmãos ou pessoas de reconhecida respeitabilidade. Fazem o recenseamento dos pobres, classificando-os, com vista à atribuição das ajudas (Ribeiro, 1905: 26 e 27).

Os resultados desta experiência estão longe do trabalho desenvolvido nas s "Charity Organization Society" (COS) e nos «settlements» ingleses e americanos,

quando a institucionalização e profissionalização da assistência social eram já uma realidade.

A Misericórdia do Porto pretendia que este tipo de assistência fosse de acção voluntária e, ao contrário do que se verificava noutros países, não só teve dificuldades em recrutar voluntários para desempenharem funções de visitadores, como deparou com a sua falta de formação, sendo infrutíferos os apelos feitos a partir de 1906, à colaboração de mulheres.

O obscurantismo, a grande influência das forças conservadoras e particularmente do clero sobre a Mulher, a sua condição de menoridade jurídica e social em relação aos homens, a alta taxa de analfabetismo e a falta de instrução, são factores que convergem para essa situação.

A Misericórdia do Porto, para ultrapassar este impasse, terá de recorrer a cooperadores assalariados (A Medicina Contemporânea, 1907: 311), sendo aprovado em 1908 a constituição de um corpo de enfermeiros, com uma secção feminina, para prestarem um serviço de enfermagem e assistência domiciliária, dirigido particularmente às parturientes pobres.

As referências internacionais, nesta altura, são já as do Departamento de Beneficência de Lille, onde Albert Calmett desenvolve o método de tratar a tuberculose — simultaneamente no dispensário e no domicílio —, exigindo, a partir de 1901, a acção do trabalhador de assistência («assistant ouvrier») (Calmett, 1901: 14). Esta experiência francesa constitui, por sua vez, uma das principais influências das primeiras práticas de Serviço Social nos hospitais dos Estados Unidos, segundo o seu promotor Richard Cabot (1905), quando nesse país já se tinham criado as primeiras escolas para a formação dos novos profissionais — os Trabalhadores Sociais (Cabot, 1920: 13).

Em Portugal, o regime republicano dará, no entanto, alguns passos significativos no movimento de instituir a profissionalização da assistência.

A República portuguesa, terceira ao nível europeu, depois da França e da Suíça, implanta-se em 1910, como uma tentativa promissora de, após o derrube da monarquia e a instauração da democracia política, poder responder mais cabalmente à Questão Social, registando grande influência da maçonaria em contraposição à Igreja Católica, que se aliará às forças monárquicas e conservadoras.

No sentido de cumprirem a componente solidarista, os republicanos tomam várias medidas sociais, que refletem uma certa sensibilidade perante a Questão Social, como seja a criação dos seguros sociais obrigatórios, as leis sobre arrendamento urbano, acidentes de trabalho e regulamentação dos horários de trabalho e o reconhecimento de alguns direitos, como o de associação, à greve, do ensino obrigatório gratuito e neutro e o direito à assistência.

Neste domínio é preconizado que os pobres que se encontrem na impossibilidade de fazerem face às suas necessidades, por motivos de doença ou idade tenham direito à assistência pública. Recusam a esmola e a caridade contrapondo a solida-

riedade, o esforço e o trabalho dos indivíduos e a educação como meios que levariam à perfectibilidade e à emancipação dos homens.

A reorganização dos serviços de Assistência Pública é feita segundo o sistema de Elberfeld e, com o intuito de descentralizar os serviços, é criada a Obra dos Dez, que fica a cargo das Juntas de Paróquia, sendo ainda criado o Fundo Nacional de Assistência, as Tutorias de Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

Em 1911, são criados os Delegados de Vigilância, de ambos os sexos, para trabalharem junto das Tutorias de Infância, à semelhança dos «probation officers» criados nos Estados Unidos, em 1899. Inicia-se deste modo a profissionalização da assistência a menores — que por qualquer razão não podem ser educados na família — sob clara influência norte-americana e com a preocupação de lhes ser dada uma formação especializada.

O privilegiar da assistência a menores e a criação daqueles profissionais está directamente associado à importância que os republicanos atribuem à educação como meio de prevenir o crime, a delinquência e a marginalidade, devendo a socialização dos menores pautar-se pelos valores da racionalidade científica e da autonomia, em oposição aos valores religiosos. A importância atribuída à aprendizagem de um ofício, ao invés de acções meramente repressivas das «tendências viciosas», tem subjacente a ideia de, através do trabalho, se criarem oportunidades para os jovens, o que lhes permitiria encontrar o seu lugar na sociedade, quando saissem dos asilos ou das famílias rurais que os acolhessem.

A assistência na República constitui-se num espaço de intermediação entre o mundo da integração e da marginalização, em que é feita uma mediação, regulação e gestão específica de grupos da população (Bec, 1994: 234 e 235). Como a assistência pública não se dissocia de uma estratégia de classificação e diferenciação dos pobres, a assistência, na República, não é concebida como direito para todos os pobres.

A par da laicização dos agentes de educação e da escola ter um lugar singular na formação e reconhecimento dos indivíduos como cidadãos, os enfermeiros e os agentes da assistência pública laicos, ao participarem do projecto social mais amplo de criação do Homem Novo, ensinariam os valores de uma moral social laica, baseados nas ideias de liberdade, igualdade e solidariedade e em que a existência de direitos implicava o cumprimento de deveres.

Nos anos 20, a enfermagem laica é desenvolvida e várias propostas de especialização são feitas por republicanos, com vista à criação de enfermeiras sociais ou escolares, visitadoras de puericultura, no sentido de se superar a inexistência de um Serviço Social organizado em hospitais, dispensários, instituições de higiene ou previdência e centros de trabalho. É exemplo disto, a proposta feita, em 1920, ao Ministério da Instrução pela Inspecção Geral da Sanidade Escolar e Ministério do Trabalho, de se formarem enfermeiras escolares (Boletim da Inspecção Geral de

Sanidade Escolar, 1923:152), que aliassem a educação à higiene, tendo subjacente a concepção de educação republicana. Esta incidia sobre todas as facetas da pessoa, encarada na sua totalidade, disciplinando tanto o corpo, como a racionalidade e a moralidade, mediante o fomento dos sentimentos de altruísmo e de solidariedade colectiva.

O Movimento Feminista Português, no seu I Congresso (1924), também defende a profissionalização da assistência para as Mulheres, particularmente no campo da assistência a menores e nas Misericórdias (Brazão, 1925: 236 e 251).

Os primeiros ensaios de Serviço Social vão ter lugar nesse ano, 1924, no Sanatório Popular de Lisboa (Miranda, 1926), sendo proposto por médicos a profissionalização e o instituir do Serviço Social nos hospitais, na linha do «Case-Work» e do Trabalho Social norte-americano, neste tipo de serviços (Rumina, 1925).

A instabilidade política da República, com a formação de 45 governos e de 30 partidos, em 16 anos, as várias tentativas de restaurar a monarquia, a crise social e financeira do País, que mantinha, com as colónias relações típicas de países centrais e, com a Inglaterra, relações características de países periféricos, tornam o regime republicano impopular, goradas as expectativas de, após a implantação da democracia política, a Questão Social ter uma solução. Neste contexto, o Serviço Social não terá o incremento, que se perspectivara, de reforço ao projecto republicano.

O Serviço Social é encarado na Primeira República como uma forma laica de prestar assistência, dirigida particularmente às crianças e menores, não se identificando com os valores da Igreja católica e tendo por base os valores da solidariedade, de uma moral social laica e as concepções republicana de educação.

2 — Os primeiros ensaios de práticas e de escolas de Serviço Social e as influências norte-americanas do Trabalho Social.

No decurso da Ditadura Militar (1926-1933), o desenvolvimento da Medicina Social, no pós-Primeira Guerra Mundial, leva à criação de dispensários de higiene social, postos de infância, hospitais psiquiátricos, e de novos profissionais como as Visitadoras Sanitárias e as Enfermeiras Visitadoras de Higiene, que passam a ter uma formação especializada. As propostas de se institutir o Serviço Social alargam-se a serviços como as Misericórdias, as instituições de Assistência Materno-Infantil e os Tribunais de Infância, perante a insuficiência da formação e acção dos únicos profissionais de assistência — os Delegados de Vigilância.

Em 1928, o Instituto de Orientação Profissional faz o primeiro ensaio de Escola de Serviço Social destinada à formação científica, pedagógica, psicológica e sociológica dos Delegados de Vigilância e demais trabalhadores dos Tribunais de Infância, sendo estudados os problemas de Serviço Social e a aplicação do Serviço Social

de casos individuais. Este ensaio, segundo os moldes do Trabalho Social norte-americano e com programa aprovado por despacho do Ministro da Justiça, segue as orientações do 1.° Congresso Internacional de Protecção à Infância e o 1.° Congresso Internacional de Serviço Social, realizado em Paris, em Julho de 1928 (Ramos, 1928: 43 a 47). Como este ensaio não levou à criação de uma Escola de Serviço Social, sucedem-se as propostas para que outros organismos, como as Faculdades de Medicina, criem escolas de Serviço Social (Dias, 1936: 92).

Já no início da construção do Estado Novo, em 1934, realiza-se o 1.° Curso de Assistência Social, para Visitadoras Sanitárias, a cargo da Direcção Geral de Saúde, não sendo ainda conotado o Serviço Social com orientações de teor ético/religioso (Lemos, 1934: 155).

Nesse mesmo ano, o Instituto de Orientação Profissional faz segunda tentativa para ultrapassar a inexistência de uma escola de Serviço Social, promovendo a formação de «Observadores Sociais». O curso constitui um novo ensaio do estudo do Serviço Social, apresentando preocupações com a relação teoria-prática e as experiências do Serviço Social sistematizado, na linha do Trabalho Social desenvolvido por Mary Richmond (Vasconcelos, 1934: 27 a 32).

O Serviço Social Português, até à sua institucionalização, é principalmente influenciado pelo Trabalho Social norte americano e pela forma como foi divulgado pelo Movimento Higienista, na Europa (Richmond, 1926). Trata-se de uma versão em que é reforçada a psicologização da formação e a adaptação dos indivíduos à sociedade (Delille, 1929 e 1930), ao invés da dimensão sociológica do Trabalho Social norte-americano, com a sua inserção no movimento de Reforma Social, não sendo feitas alusões ao Trabalho Social mais radical, como o desenvolvido nos «settlements» por Jane Addams (Bentley, 1960: 24 a 27).

Em Portugal, só nas revistas das organizações feministas é que vamos encontrar referências a Jane Addams, uma das principais protagonistas deste tipo de trabalho, grande lutadora pelos direitos das Mulheres e das crianças, sendo-lhe atribuído o prémio Nobel da Paz, em 1931 (Stratenwerth, 1992: 85 a 104).

Apesar destas propostas e ensaios, realizados no regime republicano, a institucionalização do Serviço Social apresentará outras orientações e influências.

3 — A Institucionalização do Serviço Social Português na conjuntura de aliança do Estado Novo com a Igreja.

Na fase de construção do Estado Novo (1933-1945) (Cruz, 1988: 41), e no contexto internacional da Guerra Civil de Espanha, do fascismo e do nazismo, Salazar pretende concretizar uma alternativa à Assistência Social e ao Serviço Social que vinha sendo feito noutros países que, na sua opinião, levava ao comunismo (Edu-

cação Nacional, 1935: 2 e 3). O único partido permitido, a União Nacional, propõe no seu 1.° Congresso (1934) a criação de escolas de Serviço Social (União Nacional, 1935: 397), sendo as Assistentes Sociais definidas, passados cinco anos, como dirigentes idóneas, responsáveis, conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional, que têm de racionalizar e individualizar a assistência, moralizar os costumes e contribuir para a formação da consciência nacional (Decreto Lei n.° 30135 de 14 de Dezembro de 1939).

Rejeitando o tipo de intervenção estatal da primeira República e de países democráticos, o Estado Novo, entre 1937 e 1945, reserva-se, no plano social, a função de coordenação e fiscalização da iniciativa dos particulares. Desoficializa instituições públicas, aposta num trabalho com voluntários ou profissionais não diplomados, promove a assistência domiciliária em detrimento da hospitalização e das instituições asilares, respondendo à Questão Social com a assistência corporativa. Esta dirige-se prioritariamente, à família baseando-se numa acção de doutrinação e educação nos valores morais, cristãos e nos princípios do Estado Novo (Saavedra, 1940).

No período da 2.° Guerra Mundial, com o reactivar da oposição e das lutas sociais contra o aumento do custo de vida e os efeitos da guerra, o Estado Novo é obrigado a recuar nos propósitos de desoficialização e desprofissionalização, reconhecendo o Estatuto de Assistência Social, de 1945, a profissão de Serviço Social como indispensável na persuasão das pessoas a colaborarem activamente com os organismos de assistência e com o Estado Novo (Diário das Sessões, 1944: 83).

As Assistentes Sociais são, deste modo, integradas nos principais serviços públicos, como serviços prisionais, serviços de assistência, hospitais, dispensários, Juntas de Província, organizações corporativas e organizações femininas do regime como a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Defesa da Família e a Mocidade Portuguesa Feminina, mantendo a vertente educativa ou moral e a função de adaptação dos indivíduos à sociedade.

A Igreja, remetida que foi pelo Estado Novo para a esfera da acção social, não podendo contar com a força das ordens religiosas, alvo do anticlericalismo, necessita de preparar élites católicas que participem no governo, nas organizações públicas e nas de assistência; interessa-lhe que as Assistentes Sociais entrem nos meios operários, prestem assistência e difundam a doutrina social da Igreja, em colaboração com os movimentos da Acção Católica Portuguesa, inserindo-se na estratégia mais ampla de recristianização da sociedade.

A formação das Assistentes Sociais e a criação das escolas de Serviço Social, ficarão sob orientação da Igreja, seguindo o apelo internacional da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) (Rubbens, 1935: 7 e 8). Mas a oficialização destas escolas, as orientações a que devem submeter-se e o controlo que o Estado exerce sobre a formação (ao nível dos planos de estudo e dos Exames de

Estado), revelam que a intervenção do Estado controlava, a priori, a formação destes profissionais, apesar de serem privadas as escolas onde se formavam. Sendo uma das vertentes da aliança do Estado e da Igreja, no campo social, não deixa de ser significativo o intervencionismo do Estado, de forma a que as escolas e as Assistentes Sociais mantivessem uma adesão incondicional aos seus princípios ideológicos e à concretização dos seus projectos políticos.

4 — A Escola Normal Social e a influência de diversas tendências do Serviço Social Francês.

O estudo sobre a Escola Normal Social de Coimbra também revelou que o seu processo de construção foi complexo e contraditório, pois que, sendo a Escola criada, em 1937, por um grupo de Franciscanas Missionárias de Maria, de origem francesa, a história oficial quase o silenciou, ao identificar esta iniciativa com o Professor Bissaya Barreto.

Em 1940, a congregação faz diligências para adquirir o título de propriedade desta Escola, mas apercebe-se que Bissaya Barreto, na qualidade de presidente da Junta da Província da Beira Litoral já o tinha adquirido, ficando a Escola, a partir dessa altura, dependente daquela organização de administração regional, actualmente Assembleia Distrital de Coimbra.

Atravessada pelos interesses do Estado e da Igreja, a Escola Normal Social é influenciada pela política materno-infantil da Junta da Província da Beira Litoral, por sectores próximos da democracia cristã e do socialismo personalista e por diversas tendências do Serviço Social Francês (como o socialismo municipal e a corrente higienista), que a primeira directora, Constance Davon, vai protagonizar.

Formam-se, exclusivamente, nesta escola Enfermeiras Puericultoras Visitadoras de Infância, sob clara influência do Serviço Social Francês e das Escolas de Puericultura da Faculdade de Medicina de Paris e Escola de Enfermeiras Visitadoras do Comité Nacional de Luta contra a Tuberculose, que preparavam para o Serviço Social nos Dispensários Antituberculose. A formação de Assistentes Sociais polivalentes na Escola Normal Social de Coimbra está por seu lado associada à influência do socialismo municipal de Henri Sellier — Ministro de Saúde Pública do Governo da Frente Popular — no Serviço Social Francês. Esboçando-se os contornos de um Serviço Social cuja polivalência é centrada na família e organizado em função de um sector geográficamente delimitado, o Assistente Social tem a seu cargo todos os problemas de cada uma das famílias num sector da cidade, sendo responsável pela resposta aos mais variados tipos de pedidos, quer seja de emprego, de assistência, habitação, etc.

O Estado Português, em 1939, determina as orientações a que a Escola Normal Social se deve submeter e as alterações a efectuar no plano de estudos, salientando-

-se a introdução da formação jurídica-constitucional do Estado Corporativo e a formação religiosa, até aí inexistentes. Numa altura em que o conhecimento das Ciências Sociais é menosprezado, disciplinas como Sociologia, Economia Política, Psicologia Experimental e Psiquiatria fazem parte da formação das Assistentes Sociais, desde os primeiros anos.

5 — O protagonismo das Mulheres no processo de construção do Serviço Social Português.

A profissão de Serviço Social é exclusivamente feminina, até aos anos 60, vindo na prática a contrariar os desígnios do Estado e da Igreja de verem as mulheres, com raras excepções, confinadas à família, à educação dos filhos e ao trabalho doméstico, abandonado o mercado de trabalho.

O Serviço Social conta no seu processo de construção com o envolvimento directo de mulheres, que se tinham salientado em vários sectores da vida portuguesa como as primeiras deputadas. São também mulheres que dirigem as escolas de Serviço Social e integram os orgãos de gestão, participam no debate parlamentar sobre o Serviço Social e na formação das Assistentes Sociais, tendo as organizações de mulheres católicas e do movimento feminista português apoiado a criação da profissão de Serviço Social (Martins, 1993 b).

6 — As primeiras Assistentes Sociais formadas pela Escola Normal Social de Coimbra.

O estudo sobre as primeiras Assistentes Sociais formadas na Escola Normal Social, mostra que se tratava de mulheres católicas, com uma boa cultura geral, comparativamente com a maioria das mulheres portuguesas, pertencendo a famílias que possuiam médios ou altos rendimentos. As alunas faziam a sua inscrição na escola, em média, com 26 anos, não terminando o curso cerca de metade das inscritas.

Até 1945, formaram-se nesta escola 22 Assistentes Sociais. Passados dez anos, uma em cada três, não exercia a profissão e 15 trabalhavam maioritariamente em serviços públicos localizados em zonas urbanas e litorais, sendo um terço destas profissionais casadas, não se podendo reduzir o Serviço Social a uma profissão de mulheres solteiras.

Apesar do Feminismo Católico considerar que as mulheres que exerciam uma profissão deveriam renunciar a cargos de chefia, posições de autoridade, subordinando-se à disciplina e organização dos homens (Martins, 1941: 143), a prática da profissão veio demonstrar que várias foram as Assistentes Sociais a ocupar cargos

de direcção e de chefia, registando-se uma grande mobilidade e o ascender destas mulheres, por via da profissão a novos lugares da administração e a cargos políticos.

Na década de 40, não só o Serviço Social se encontrava no topo das profissões médico-sociais, como o seu desenvolvimento nas décadas seguintes, com um acréscimo substancial do número de Assistentes Sociais, contraria a tendência para a diminuição da percentagem da população activa feminina, verificada nos anos 50 e 60.

O Serviço Social veio assim alargar os destinos pessoais e as escolhas profissionais das mulheres, contribuindo para o processo de emancipação da condição social das mulheres portuguesas.

Como nota conclusiva da investigação que realizei, gostaria de realçar que:

1.° — O processo de construção do Serviço Social Português revelou-se complexo e contraditório, encontrando-se a sua génese e emergência no contexto do ideário republicano.

2.° — Enquanto movimento instituinte acompanhou a trajectória do Serviço Social ao nível internacional, especificamente do Trabalho Social norte-americano, sendo proposta a sua profissionalização por republicanos, médicos, juristas, feministas, associandos aos Movimentos Higienista, de Medicina Social, de protecção a menores e ao desenvolvimento das Ciências Sociais, tendo subjacente os ideais do projecto republicano.

3.° — A Institucionalização do Serviço Social Português, na conjuntura de aliança do Estado Novo com a Igreja, vem servir tanto os interesses do Estado quanto os da Igreja. Esta, sendo um pilar da política assistencial do regime, contribui juntamente com a profissão de Serviço Social, para a edificação de um Estado Corporativista e não para a criação de um Estado Providência com o desenvolvimento de direitos e políticas sociais, existente em países democráticos. Neste contexto, o Serviço Social sustentar-se-á noutras influências internacionais, particularmente nalgumas correntes do Serviço Social de expressão francófona e noutros valores que o tornam predominantemente doutrinário, corporativo e conservador.

Por último, consciente que muitas das questões que apresentei e levantei ficam por responder e aprofundar, desejo que próximos trabalhos sobre a história do Serviço Social Português venham desvendar outras tantas facetas do seu processo de construção e trajectória neste século, contribuindo com novos elementos que conduzam, porventura, à revisão de interpretações oficiais, conferindo à investigação histórica sobre o Serviço Social a importância e o significado, já reconhecidos noutros países.

BIBLIOGRAFIA

Inspecção Geral de Sanidade Escolar, 1923, «Secção Notícias — Enfermeiras Escolares», n.° 1, *Boletim da Inspecção Geral de Sanidade Escolar.*

Bec, Colette, 1994, *Assistance et République,* Paris, Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières.

Bentley, Pauline, 1960, «Jane Addams - paladín de la paz y de los niños», *Correio de la Unesco,* Ano XIII, n.° 11, Nov.

Brazão, Arnaldo, 1925, *O Primeiro Congresso Feminista e de Educação — Relatório,* Lisboa, Edição Spartacus.

Cabot, Richard, 1920, *Ensayos de Medicina Social — la función de la inspectora a domicilio,* Madrid, Calpe.

Calmett, Albert, 1901, *Les dispensaires antituberculeux et leur rôle dans la lutte contre la tuberculose. Le Dispensaire antituberculeux Émile Roux a Lille,* Paris, C. Naud Editeur.

Catroga, Fernando, 1988, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911),* Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

Catroga, Fernando, 1991, *O Republicanismo em Portugal — da formação ao 5 de Outubro de 1910,* 2.° volume, Coimbra, Faculdade de Letras.

Catroga, Fernando, 1993, «Cientismo, política e anticlericalismo», *História de Portugal,* Dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, Quinto Volume.

Cruz, Braga da, 1980, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo,* Lisboa, Presença/GIS.

Cruz, Braga da, 1988, *O Partido e o Estado no Salazarismo,* Lisboa, Editorial Presença.

Delille, Armand, 1929, *Le Service Social dans les collectivités contemporaines,* Paris, Librairie Delagrave

Delille, Armand, 1939, *Traité de Service Social — problèmes, modes d'études, élements de solution,* Paris, Librairie Delagrave.

Assembleia Nacional, 1944, «Parecer acerca da proposta de lei sobre o Estatuto da Assistência Social», *Diário das Sessões,* 25 de Fevereiro.

Dias, José Lopes, 1936, «As criancinhas portuguesas na política de Assistência», *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social,* 3.° Série.

Educação Nacional, 1935, «A Família e o problema da Assistência», entrevista do Presidente do Conselho a Costa Brochado, *Educação Nacional,* n.° 27.

Lemos, Tovar de, 1934, *1.° Curso de Assistentes Sociais,* Lisboa.

Martins, Abílio, 1941, «Feminismo Católico», *Brotéria,* vol. 32.

Martins, Alcina, 1993a, «Análise de algumas questões sobre Investigação e Serviço Social», *Actas do Encontro Nacional de Serviço Social na área da Deficiência Mental,* Tocha. 24/26 de Março de 1993.

Martins, Alcina, 1993b, *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português — Escola Normal Social de Coimbra,* Tese de Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sem Autor, 1907, «Misericórdias de Lisboa e Porto e a assistência domiciliária», *A Medicina Contemporânea* de 29 de Setembro.

Miranda, José Guilherme Pacheco, 1926, «O Serviço Social do Sanatório Popular de Lisboa», *Tuberculose,* n.° 2, Nov-Dez.

Ramos, Artur de Oliveira, 1928, «Ensaio de uma Escola de Serviço Social», *Boletim do Instituto de Orientação Profissional,* n.° 2 e 3.

Richmond, Mary, 1926, *Les méthodes nouvelles d'assistance — Le service Social des cas individuels,* Préface de Armand Delille. Traduit par René Sand e P.de Chary, Paris, Librairie Félix Alcan.

Ribeiro, Victor, 1905, «História da Beneficência Pública em Portugal», *Instituto,* vol. 52, n.° 1.

Rubbens, Edmond, 1935, «Les bases morales et sociologiques du Service Social», *5.ª Conférence Internationale Catholique de Service Social,* 2.ª ed, Bruxelles.

Rumina, Branca, 1925, *Serviço Social no Hospital — Um processo de assistência,* Lisboa, União Gráfica.

Saavedra, José de, 1940, «O Problema da Assistência Social em Portugal», *Acção Médica,* fac XV, Jan a Março.

Santos, Beleza dos, 1931, *Algumas Considerações sobre o Serviço Social,* Coimbra, Coimbra Editora.

Savoye, Antoine, 1987, «Une réponse originale aux problèmes sociaux: l'ingénierie sociale (1885-1914)», *Vie Sociale,* n.° 8-9, aout-sep.

Stratenwerth, Irène, 1992, «Jane Addams (1860-1935) Prix Nobel de la Paix 1931», *Des Femmes Prix Nobel,* Paris, Des Femmes Antoinette Fouque.

União Nacional, 1935, *I Congresso da União Nacional,* Vol II, 5.ª Sub-Secção — Saúde e Assistência, Lisboa, Edição da União Nacional.

Vasconcelos, Faria, 1934, «Cursos para a formação de observadores de psicologia juvenil e de observadores sociais», *Boletim do Instituto de Orientação Profissional,* n.° 22.